

DÍVIDA EXTERNA

EUA diminuem a pressão sobre o País

PAULO SOTERO
Correspondente

WASHINGTON — Em meio à torrente de más notícias publicadas nos últimas duas semanas sobre o Brasil e a economia do País na imprensa dos Estados Unidos, o governo parece ter conseguido cravar um ponto importante nas negociações da dívida externa com os bancos credores. Os argumentos usados pelo negociador da dívida, Pedro Malan, para responder às reivindicações contidas na contraproposta apresentada pelos bancos credores, há duas semanas, foram bem acolhidos em Washington e a pressão oficial por concessões parece, ao menos por ora, estar concentrada sobre os bancos.

Malan, que retomou os contatos com os bancos na segunda-feira, continuou reunido com os credores, ontem, em Nova York. Procurando ver o lado positivo, como sempre faz, Malan disse, com algum exagero, que “os credores virtualmente aceitaram” a proposta inicial do Brasil, mas tinham apresentado novas reivindicações. A declaração é correta no que reflete o clima construtivo que continua a dominar as discussões. Mas ela esconde duas divergências essenciais que poderão bloquear o acordo se não forem superadas.

A primeira é o pedido de garantias contra o pagamento de 18 meses de juros incluído na contraproposta dos bancos. Para aceitá-la, o governo teria de produzir US\$ 4 bilhões em fundos próprios e de organismos multilaterais, o dobro do que ofereceu inicialmente. No encontro de segunda-feira, Malan pediu aos representantes dos credores que explicassem de onde pensam que o País pode tirar esse dinheiro.

A outra área de divergência são os prazos de maturação e carência dos cinco instrumentos de conversão de dívida propostos pelo governo e as taxas de juros em pelo menos três deles. O Brasil ofereceu prazo de maturação de 30 anos nos bônus ao par e nos bônus de conversão com desconto no principal. Os bancos ofereceram 25. O governo pediu 15 anos, com 10 de carência, para pagar os títulos de redução temporária de juros. Os credores propuseram 15 e 7, respectivamente. Os bancos querem limitar a 20 anos o prazo de vencimento dos bônus de capitalização e dar apenas 9 de carência, contra o desejo brasileiro de saldar o papel em 25 anos e só começar a pagar em 15. Por fim, os bancos querem que os títulos de dinheiro novo incluído na proposta brasileira sejam pagos em 15 anos e não em 25, como ofereceu o governo.